

Serabi Mineração S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2025 e 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da Serabi Mineração S.A.

Itaituba - Pará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serabi Mineração S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serabi Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

SERABI MINERAÇÃO S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de vendas	18	429.913	291.497
Custo dos produtos vendidos	19	(250.781)	(215.509)
Resultado bruto		179.132	75.987
Despesas administrativas e gerais	20	(21.230)	(16.449)
Outras receitas operacionais	21	3.620	15.734
Outras despesas operacionais	21	(1.031)	(11.444)
		(18.640)	(12.159)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		160.492	63.828
Receitas financeiras	22	46.444	59.181
Despesas financeiras	22	(69.566)	(26.537)
		(23.122)	32.644
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		137.370	96.473
Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social corrente	23	(16.714)	(13.318)
Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social diferido	23	(4.631)	2.921
		(21.345)	(10.396)
Lucro líquido do exercício		116.025	86.077
Resultado por ação		0,78	0,58
Quantidade de ações		149.599	149.599

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERABI MINERAÇÃO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado Líquido	<u>116.025</u>	<u>86.077</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>116.025</u></u>	<u><u>86.077</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERABI MINERAÇÃO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais - R\$)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	149.599	10.701	72.720	150.047	-	383.066
Resultado do exercício	-	-	-	-	86.077	86.077
Reserva de incentivos fiscais - SUDAM	-	-	19.014	-	(19.014)	-
Reserva Legal	-	3.353	-	-	(3.353)	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	(15.927)	(15.927)
Reserva de Lucros	-	-	-	47.783	(47.783)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	149.599	14.054	91.734	197.829	-	453.216
Resultado do exercício	-	-	-	-	116.025	116.025
Reserva de incentivos fiscais - SUDAM	-	-	23.769	-	(23.769)	-
Reserva Legal	-	4.613	-	-	(4.613)	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	(21.912)	(21.912)
Reserva de Lucros	-	-	-	65.731	(65.731)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	149.599	18.667	115.503	263.561	-	547.329

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		137.370	96.473
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais			
Depreciações, amortizações e exaustões		17.796	22.024
Baixa ativo imobilizado e intangível	7	326	7.523
Ajuste inventário de estoques		(64)	(60)
Provisão/(Reversão) de contingências	19	(128)	(169)
Provisão para restauração ambiental		80	-
Variação cambial líquida não realizada	22	21.269	9.915
Variação cambial empréstimos e financiamentos	9	(9.972)	8.077
Provisão/(Reversão) para ociosidade e obsolescência	19	3.574	(2.653)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	2.334	2.118
Juros sobre arrendamento		31	3.492
		172.616	146.740
(Aumento)/Redução líquido nos ativos			
Contas a receber de clientes		(165.217)	(110.570)
Estoques		(14.228)	(5.119)
Impostos a recuperar		11.630	(8.156)
Depósitos judiciais		47	(33)
Outros ativos circulantes		(4.152)	690
		(171.920)	(123.188)
Aumento/(Redução) líquido nos passivos			
Fornecedores		(2.437)	(1.335)
Obrigações trabalhistas e sociais		3.298	1.746
Obrigações tributárias		(1.142)	(1.358)
		(281)	(948)
Juros pagos nas operações de arrendamento		(31)	(3.492)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	9	(2.665)	(1.719)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.821)	(3.628)
Caixa líquido obtidos (aplicado) nas atividades operacionais		(20.102)	13.765
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizados	7	(37.057)	(30.627)
Aquisição de intangíveis	8	(26.257)	(12.675)
Mútuos à receber concedidos	13	(269)	30.780
Mútuos à receber pagos	13	66.773	30.780
Caixa líquido obtidos (aplicado) nas atividades de investimentos		3.190	(12.521)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos	9	30.022	25.000
Pagamento de empréstimos	9	(18.847)	(28.347)
Pagamento de arrendamento		(210)	(205)
Caixa líquido obtido (aplicado) nas atividades de financiamentos		10.965	(3.552)
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		(5.947)	(2.308)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		12.061	14.368
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.114	12.061
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		(5.947)	(2.308)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Serabi Mineração S.A (“Companhia”) tem por objeto social e atividades preponderantes a pesquisa e extração de minérios e minerais, mineração, compra, venda, beneficiamento, processamento, refino, importação, exportação, comércio, transporte de minério, minerais e metais, e equipamentos de mineração, representação em outras entidades, nacionais ou não, por conta própria ou de terceiros, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista; e desenvolvimento e intermediação de negócios associados à mineração. A Companhia é controlada pelo grupo Serabi Mining (Gold) PLC sediado em Londres.

A Companhia foi fundada em 1999 e iniciou suas operações de extração de minérios no exercício 2006 com a Mina Palito, é a primeira indústria de mineração subterrânea no Norte do Brasil.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com base nos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 12 de maio de 2026.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real que é a moeda funcional adotada pela Companhia. Os ativos e os passivos em moeda estrangeira são inicialmente registrados à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. As variações cambiais são registradas na demonstração do resultado. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o numeral mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 5** – avaliação do preço de realização dos estoques e cálculo da provisão para perda ao valor recuperável dos estoques (NRV);
- **Nota explicativa 7** - mensuração da depreciação pela vida útil do ativo imobilizado: principais premissas na determinação da vida útil;
- **Nota explicativa 8** - mensuração da amortização pela vida útil do ativo intangível: principais premissas na determinação da vida útil;
- **Nota explicativa 15** - reconhecimento e mensuração da provisão para contingência: principais premissas em relação sobre a probabilidade e magnitude de saídas de recursos;
- **Nota explicativa 16** - reconhecimento e mensuração de provisões para desmobilização de ativos – ARO: principais premissas em relação sobre a probabilidade e magnitude de saídas de recursos. Reservas minerais e vida útil das minas: A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas, conforme divulgado na nota explicativa 16. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação e das análises de *impairment*.

Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a. Segmento operacional

Em função da concentração de suas atividades preponderantes de pesquisa e extração de minérios e minerais, a Empresa está organizada em uma única unidade de negócio.

b. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio de resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	---

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente por meio do resultado.

c. Redução ao valor recuperável - (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, quando relevante.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: (i) títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e (ii) outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou, o ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou, o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e impostos a recuperar, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços, e são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A Administração avaliou a necessidade de constituição de perdas esperadas de crédito, nos termos do CPC 48, e concluiu que não há necessidade de reconhecimento de provisão, considerando o baixo risco de crédito, a ausência de histórico de inadimplência e a capacidade financeira das contrapartes.

d. Estoques

São avaliados ao custo médio de compras ou produção, que não excede aos valores de mercado ou de realização.

A Serabi Mineração S.A. utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

e. Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e inclui os encargos financeiros capitalizados.

São elementos que integram o custo de um componente do ativo imobilizado:

- Preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
- Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e a condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração.
- A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual ele está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a Companhia incorre quando o item é adquirido ou são consequência de usá-lo durante determinado período.

A depreciação é iniciada a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso, calculadas com base no método de depreciação linear considerando as vidas úteis divulgadas abaixo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas na alienação de um ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, sendo registrados de forma líquida em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado.

É constituída depreciação para todo o imobilizado, à exceção dos terrenos que não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício social. As taxas de depreciação são baseadas na vida útil estimada dos bens, como segue:

	Anos
Veículos	4 a 8 anos
Edificações	25 anos
Recursos Minerais/Estrutura de Mina	15 anos
Imobilizados de Produção	4 a 10 anos
Máquinas e Equipamentos	3 a 10 anos
Outras	4 a 10 anos

O ganho ou perda decorrente da alienação ou do sucateamento de ativo é determinado como a diferença entre os resultados das vendas, líquidos de custos de comercialização, e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

f. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente compreendem os direitos de passagem, direitos minerários e softwares e são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas referentes ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método de unidade de produção baseado na vida útil da mina, e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

- **Gasto desenvolvimento de pesquisa:** refletem, basicamente, os gastos com atividades de desenvolvimento, pesquisas geológicas, necessárias ao estudo de viabilização de novos projetos de extração, mensurados ao custo. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos-futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto;

- **Gasto de exploração de recursos minerais:** os gastos de exploração são reconhecidos no resultado como despesas operacionais quando incorridos.

g. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

h. Provisão para contingências

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são inicialmente registradas à taxa de câmbio à vista da moeda funcional em vigor nas datas das respectivas transações.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

j. Provisões para desmobilização de ativos, recuperação socioambiental e socioeconômica – ARO

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Obrigações com desmobilização de ativos

Uma obrigação para desmobilização de ativos é reconhecida quando existe uma obrigação legal ou construtiva de realizar recuperação resultantes de distúrbios ambientais, com base em um plano de desmobilização de ativos detalhado e aprovado. Os gastos para fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades estão registrados como obrigações com desmobilização de ativos. As obrigações consistem principalmente de custos associados a encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo imobilizado, sendo depreciado pelo período de vida útil do ativo.

Recuperação socioambiental e socioeconômica

A provisão socioambiental e socioeconômica é registrada de acordo com as determinações das autoridades competentes. A provisão para recuperação ambiental é constituída quando da identificação de uma área impactada que gera uma obrigação para a Companhia. Um passivo para reparação de danos sociais é reconhecido quando da identificação de necessidade de desembolsos futuros decorrentes de eventos passados relativos a danos cíveis, e, quando há uma estimativa confiável das obrigações.

k. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados por seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

l. Imposto de renda

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para: a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e b) diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

m. Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios que envolvem seguro de vida e plano de assistência médica aos empregados e dependentes dos empregados, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

n. Capital social

A ação ordinária corresponde ao direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

o. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores referentes à parcela que excede ao mínimo obrigatório requerido por lei ou estatutariamente são mantidos em conta específica no patrimônio líquido, e somente são provisionados quando da deliberação definitiva que venha a ser tomada pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

p. Receitas

A receita é reconhecida no momento em que as obrigações de performance contratuais são atendidas. Como a parte majoritária das vendas da Companhia envolvem frete FOB (Free-on-Board), a obrigação de desempenho é atendida quando o produto é entregue ao transportador.

Quando ocorre uma incerteza sobre a realização de valor já incluído na receita, o valor incobrável, ou o valor com respeito ao qual a recuperação tenha deixado de ser provável, é reconhecida provisão para ajuste de preço ou perda diretamente como despesa.

q. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, principalmente.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e variação cambial sobre o contas a pagar de terceiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

Os efeitos do desconto de ativos e passivos previamente ajustados a seu valor presente são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

r. Arrendamento mercantil

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2).

Como Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Direito uso

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento,

menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos, e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia, ou taxa de renda fixa aplicáveis os títulos do governo.

Geralmente, a Companhia usa sua taxa média incremental sobre empréstimo como taxa de desconto, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; (iii) Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e (iv) O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, quando aplicável, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Apresentação no balanço

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "Passivo de arrendamentos" no balanço patrimonial.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estavam em vigor para o exercício de 2025.

Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras (IFRS 18)

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação. A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

- Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; e
- Melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. A Administração da Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia no futuro.

Outras normas

Não se espera que as normas relacionadas a Falta de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21), Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7) e Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações (IFRS 19) tenham impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos Conta Movimento	3.749	3.092
Aplicações financeiras	2.365	8.969
	6.114	12.061

(a) As aplicações financeiras em 2025 e 2024 tinham as seguintes naturezas e remunerações:

	Taxa de juros média (a.a.)	2025	Taxa de juros média (a.a.)	2024
Crédito de Depósito Bancário - CDB	13,47%	2.365	12,15%	8.969
		2.365		8.969

Em 31 de dezembro de 2025, as operações compromissadas tinham a remuneração atrelada a 99% do CDI (110% do CDI em 2024). Como estratégia a Companhia tem mantido os resgates com prazo superior a 30 dias para reduzir o impacto de cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF. Entretanto, todas as operações não possuem restrição para resgate e são utilizadas em prazos inferiores à três meses para efetuar pagamentos atrelados a gestão dos fluxos de caixa operacionais da Companhia.

4. Contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cientes Mercado Interno	30	316
Cientes Mercado Interno Partes Relacionadas	9.700	6.942
Cientes Mercado Externo Partes Relacionadas	<u>13.418</u>	<u>37.969</u>
Circulante	<u>23.148</u>	<u>45.227</u>
Cientes Mercado Externo - Partes Relacionadas	<u>356.671</u>	<u>201.739</u>
Não circulante	<u>356.671</u>	<u>201.739</u>
	 <u>379.819</u>	 <u>246.966</u>

Saldo de clientes no mercado externo são vendas à controladora da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, os montantes classificados no ativo circulante correspondem ao saldo cujo recebimento é esperado para os próximos 12 meses.

A Companhia não faz provisão para quaisquer perdas de valores a receber e não há histórico de inadimplência de clientes no mercado interno e externo. A composição do saldo das contas a receber classificadas por vencimento encontra-se detalhada abaixo:

<i>Aging list</i>	2025	2024
A vencer (*)	<u>379.819</u>	<u>246.966</u>
	<u>379.819</u>	<u>135.566</u>

(*) Os contas a receber de clientes constituem basicamente saldos com partes relacionadas e cujo vencimento é indeterminado e é estabelecido mediante acordo entre as partes. Pela ausência de prazo estabelecido na data das demonstrações financeiras, não foi realizado o cálculo do valor presente deste saldo.

5. Estoques

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Matéria prima (pilhas de minério)	110	625
Material de suprimento	17.390	16.595
Produtos em elaboração	35.069	23.139
Produtos acabados	<u>4.274</u>	<u>5.766</u>
	<u>56.843</u>	<u>46.125</u>

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de realizar provisões para obsolescência nos estoques de material de suprimentos, bem como não há indicadores de perda do valor realizável líquido (“NRV”) dos estoques de minério, produto em processo e produto acabado. A Administração avaliou a necessidade de constituição de provisão para ajuste dos estoques ao valor realizável líquido, considerando o aumento dos preços observáveis internacionalmente do ouro em 2025, histórico de realização em prazo compatível com o ciclo operacional da Companhia e histórico de realização das vendas.

6. Impostos diretos e indiretos a recuperar

Impostos indiretos	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
ICMS a recuperar - CIAP (a)	1.770	1.194
PIS a recuperar	439	1.584
COFINS a recuperar	1.772	3.290
IRRF de aplicação financeira	29	24
	4.010	6.091
Não Circulante		
ICMS a recuperar (b)	14.144	23.693
(-) Provisão Deságio (c)	(7.975)	(7.975)
	6.169	15.718
Impostos diretos		
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ - Pagos por estimativa	41	724
CSLL - Pagos por estimativas	34	367
	75	1.091

- (a) Os créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento são controlados separadamente, são entradas referente a compra de ativo imobilizado.
- (b) A compensação dos créditos de ICMS está vinculada diretamente ao pedido protocolado pela Companhia junto a Secretaria do Estado da Fazenda do Pará, que foi realizado em 2020, sem alteração para 2025.
- (c) Para o período findo em 2025, a administração não alterou a provisão referente ao deságio do ICMS e refere-se a parte do saldo cuja compensação é incerta.

7. Imobilizado

Custo ou Avaliação	Veículos	Edificações	Máquinas e Equipamentos Leves	Máquinas e Equipamentos Pesados	Recursos Minerais / Estrutura Mina	Imobilizações em Andamento	Provisão Reabilitação Mina	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.005	15.311	14.245	32.745	93.921	1.632	5.431	179.290
Aquisição	760	437	3.086	2.866	18.767	4.711	-	30.627
Depreciação	(1.380)	(850)	(1.499)	(9.702)	(5.195)	-	(164)	(18.789)
Baixa	(3.318)	-	(833)	(8)	-	(154)	(3.209)	(7.523)
Transferências/Apropriações	-	848	-	2.138	120	(3.106)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.067	15.745	14.999	28.039	107.613	3.083	2.058	183.605
Custo Total	26.463	18.287	31.564	50.174	150.386	3.083	3.699	283.654
Depreciação Acumulada	(14.395)	(2.541)	(16.565)	(22.135)	(42.773)	-	(1.641)	(100.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.067	15.745	14.999	28.039	107.613	3.083	2.058	183.604
Aquisição	6.518	-	3.399	8.716	17.005	10.475	80	46.192
Depreciação	(1.766)	(913)	(1.849)	(3.370)	(7.122)	-	(15)	(15.036)
Baixa	(176)	-	(150)	-	-	(5)	-	(331)
Transferências/Apropriações	-	345	-	1.316	5.864	(7.525)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	16.643	15.177	16.398	34.701	123.360	6.027	2.123	214.430
Custo Total	32.805	18.631	34.812	60.206	173.255	6.027	3.779	329.516
Depreciação Acumulada	(16.161)	(3.454)	(18.414)	(25.505)	(49.895)	-	(1.656)	(115.086)
Valor Contábil	16.643	15.177	16.398	34.701	123.360	6.027	2.123	214.430
Taxas anuais de depreciação	12% e 25%	4%	10%,20%,25%	10%,15%,30%	(Ocz Prod.) 0,45%	-	-	-

8. Intangível

	<u>Pesquisas Geológicas</u>	<u>Direitos Minerários</u>	<u>Total</u>
Custo ou Avaliação			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	68.811	816	69.627
Aquisição	12.675	-	12.675
Amortização	(3.016)	(219)	(3.235)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	78.470	597	79.067
Custo Total	109.523	4.047	113.570
Amortização Acumulada	(31.054)	(3.450)	(34.504)
Valor Contábil	78.470	597	79.067
Aquisição	26.257	-	26.257
Amortização	(2.171)	(250)	(2.421)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	102.556	347	102.903
Custo Total	135.780	4.047	139.827
Amortização Acumulada	(33.224)	(3.700)	(36.924)
Valor Contábil	102.556	347	102.903
Taxas anuais de depreciação (Ocz Prod.)	0,76%	0,00%	

Em 2025, as atividades de exploração foram intensas e robustas em Palito. Os principais objetivos dos programas de exploração foram focados em sondagens para ampliar os recursos minerais atuais das operações, visando aumentar a vida útil da mina e apoiar a estratégia de crescimento orgânico da companhia. O custo médio de sondagem no Palito foi de R\$ 771,34 por metro, aumentando para R\$ 865,56 por metro quando incluídos gastos com alojamento, alimentação e diesel.

No processo de encerramento do balanço anual, a Administração da Companhia realizou a avaliação de recuperabilidade dos ativos e concluiu que não existem indícios de perda por desvalorização (*Impairment*) relacionados ao ativo intangível.

9. Empréstimos e financiamentos

	%	31/12/2024	Captações	Juros Provisões	Amortizações		31/12/2025
					Principal	Juros	
Recebimento Antecipado Exportação (a)	8,47% + USD	34.612	30.022	1.849	(25.000)	(2.665)	29.062
Financiamento exterior (b)	6,80% + EUR	2.239	9.215	-	(1.016)	-	10.223
		36.851	39.237	1.849	(26.016)	(2.665)	39.286
Circulante		36.171					33.025
Não circulante		681					6.261
		31/12/2023	Captações	Juros Provisões	Amortizações		31/12/2024
			Principal	Juros			
Recebimento Antecipado Exportação (a)	8,47% + USD	27.634	25.000	2.118	(25.915)	(1.719)	34.612
Financiamento exterior (b)	6,80% + EUR	3.938	-	-	(408.770)	-	(404.250)
Financiamento exterior (b)	6,80% + USD	151	-	-	406.338	-	406.489
		-	-	-	-	-	-
		31.723	25.000	2.118	(28.347)	(1.719)	36.851
Circulante		30.995					36.171
Não circulante		727					681

(a) O empréstimo foi realizado na instituição financeira Santander, o vencimento aconteceu em janeiro/2026. A taxa de juros do empréstimo é 6,16% a.a. A Companhia tem como garantia o saldo de contas a receber no montante equivalente à US\$5.682 mil.

(b) Os prazos dos contratos de Finame/Finex são variáveis, com vencimentos previstos até o ano de 2028. Atualmente, há cinco contratos em vigor, sendo dois firmados com o fornecedor Epiroc, denominados em euros, e três celebrados com as instituições financeiras Itaú, Santander e Banco do Brasil, denominados em dólar americano e euro, destinados ao financiamento de equipamentos.

O cronograma de pagamentos está detalhado na nota explicativa 24 item (ii) - Risco de liquidez.

10. Fornecedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Fornecedores nacionais	8.884	11.321
	<u>8.884</u>	<u>11.321</u>

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários a pagar	3.420	2.874
FGTS a recolher	664	545
INSS a recolher	1.707	1.336
IRRF s/ FOPAG	25	22
Outros	1.827	1.226
	<u>7.643</u>	<u>6.003</u>
Provisões		
Provisão para férias	5.778	4.619
Provisão FGTS sobre férias	486	388
Provisão INSS sobre férias	2.253	1.853
	<u>8.517</u>	<u>6.860</u>
	<u>16.160</u>	<u>12.863</u>

12. Dividendos a pagar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Dividendos a pagar	88.666	66.755
	<u>88.666</u>	<u>66.755</u>

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado do período	116.025	86.077
(-) Reserva Incentivo SUDAM	(23.769)	(19.014)
(-) Reserva legal (5%)	(4.613)	(3.353)
<u>Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios</u>	<u>87.644</u>	<u>63.710</u>
<u>Dividendos propostos (25%)</u>	<u>21.912</u>	<u>15.927</u>

A Companhia provisionou ao longo do exercício de 2025 o montante de R\$ 4.854 em dividendos relacionados ao exercício (R\$15.927 relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Conforme Estatuto Social da Companhia poderão ser distribuídos até 25% do lucro líquido do exercício (dividendo mínimo) pela deliberação da diretoria. A distribuição de montantes adicionais (caso existam) devem ser distribuídos mediante aprovação da maioria dos acionistas em assembleia.

Atualmente, não há expectativa de prazo para que a distribuição de dividendos ocorra; razão pela qual não há cálculo de qualquer efeito de ajuste a valor presente em relação a este saldo. Uma vez definido o fluxo de pagamentos, tal avaliação será realizada pela administração da Companhia.

13. Partes relacionadas

2025						
	Ativo	Passivo		Resultado		
	Contas a receber	Mútuo	Dividendos a pagar	Receita	Compras	
Ativo não circulante						
Serabi Mining (Gold) PLC (a)/(c)	379.819	12.844	89.831	214.001	-	
Chapleau Exploração Mineral (b)	-	42.710	-	92.858	1.799	
Gold Aura do Brasil Mineração (d)	-	264	-	-	-	
Total líquido:	379.819	55.818	88.666	1.147	1.799	
2024						
	Ativo	Passivo		Resultado		
	Contas a receber	Mutuo	Mutuo	Dividendos a pagar	Receita	Compras
Ativo não circulante						
Serabi Mining (Gold) PLC (a)/(c)	240.025	-	14.455	66.755	135.687	-
Chapleau Exploração Mineral (b)	6.942	24.223	-	-	71.580	257
Gold Aura do Brasil Mineração (d)	-	-	264	-	-	-
Total líquido:	246.967	24.223	14.719	66.755	207.267	257

(a) Mútuos a pagar à Serabi Mining (Gold) PLC:

Os saldos de mútuos com a controladora Serabi Mining (Gold) PLC que são denominados em dólar americanos (US\$2.334 em 31 de dezembro de 2025 e 2024). Estes mútuos não possuem prazo de vencimento e não há incidência de juros. Há expectativa de pagamento da totalidade dos saldos à controladora e as outras partes relacionadas mediante demanda dos credores e que ocorrerá em prazo superior à 12 meses. Veja movimentação a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.301
Variação Cambial	3.154
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.455
Variação Cambial	(1.611)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12.844

(b) Mútuos a receber e pagar de partes relacionadas no Brasil (conta corrente):

Correspondem a mútuos entre Serabi Mineração S.A. e Chapleau Exploração Mineral Ltda. para compensação de custos e despesas decorrentes das atividades operacionais, tais como rateio de gastos com pessoal e outros. Não vencimento determinado em contrato e não há incidência de juros. A movimentação deste saldo encontra-se demonstrada a seguir:

Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023 - Ativo (Passivo)	55.003
Despesas incorridas a reembolsar (ativo)	-
Despesas incorridas a pagar (passivo)	(387)
Recebimento de partes relacionadas	(38.595)
Pagamentos à partes relacionadas	8.202
Compensações com saldos a pagar	-
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024 - Ativo (Passivo)	24.223
Despesas incorridas a reembolsar (ativo)	-
Despesas incorridas a pagar (passivo)	(429)
Recebimento de partes relacionadas	(66.773)
Pagamentos à partes relacionadas	269
Compensações com saldos a pagar	-
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025 - Ativo (Passivo)	(42.710)

(c) Outros saldos relacionados à transações com a Serabi Mining (Gold) PLC:

Outros saldos com a controladora referem-se ao contas a receber e vendas, bem como dividendos à pagar.

(d) Mútuos a pagar Gold Aura do Brasil Mineração:

Corresponde a mútuos entre Serabi Mineração S.A. e Gold Aura do Brasil Mineração e são denominados em reais. Não há vencimento determinado em contrato e não há incidência de juros. Não ocorreram movimentações no período. Há expectativa de que a liquidação ocorra no futuro, mediante determinação da Serabi Mineração S.A.

14. Remuneração do pessoal chave da administração

A Remuneração dos Diretores que corresponde a benefícios de curto prazo (rendimentos e diárias de viagens) foi de R\$ 991 (R\$ 1.390 em 2024).

No exercício de 2025 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato, nem remuneração baseada em ações.

15. Provisão para contingências

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhista	233	361
Tributária	<u>4.215</u>	<u>4.215</u>
	<u>4.448</u>	<u>4.576</u>

A Companhia efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgiram no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos assessores jurídicos da Sociedade.

A avaliação e classificação da chance de perda entre provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como prováveis, em montantes considerados necessários para cobrir os eventuais gastos que possam advir do desfecho dos referidos processos.

Tributário

A Serabi foi submetida a um processo de revisão junto à Receita Federal do Brasil relativo ao PIS/COFINS do período 2006-2012. O PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) são exigíveis sobre as receitas geradas. Como exportadora, a Serabi não é tributada pelo PIS e COFINS sobre suas vendas. A Companhia determinou, com base em seu parecer jurídico mais recente, que provavelmente este processo esteja sujeito a um longo processo judicial que pode levar até cinco anos para ser concluído. Embora a Serabi tenha apresentado documentos eletrônicos para ter direito ao reembolso deste imposto, as autoridades estão exigindo cópias físicas em papel que, devido ao período de tempo, não estão mais prontamente disponíveis.

A Companhia ajustou as provisões do exercício de 2025, suportada pelos controles de probabilidade de ocorrências dos processos.

	<u>2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>2025</u>
Processos trabalhistas	361	402	(530)	233
Processos tributários	<u>4.215</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.215</u>
	<u>4.576</u>	<u>402</u>	<u>(530)</u>	<u>4.448</u>

	<u>2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>2024</u>
Processos trabalhistas	530	250	(419)	361
Processos tributários	<u>4.215</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.215</u>
	<u>4.746</u>	<u>250</u>	<u>(419)</u>	<u>4.576</u>

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, foram identificados os montantes de R\$ 5.609 (R\$ 7.650 em 2024) decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

16. Provisão para reestruturação ambiental

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão para reestruturação ambiental	9.928	9.451
	<u>9.928</u>	<u>9.451</u>

O Plano de Fechamento de Mina (PFM), no montante de R\$ 9.829 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 9.451 em 31 de dezembro de 2024) que foi trazido a valor presente utilizando-se a taxa NTN-B, adicionada à inflação de longo prazo (IPCA projetada). O período considerado no fluxo de caixa compreende entre 01/2036 a 12/2041. Os valores foram homologados junto à Agência Nacional de Mineração-ANM, e contém as informações a respeito das diretrizes que compõem o plano de fechamento de sua mina.

O Plano de Fechamento de Mina é um instrumento de gestão ambiental, social e industrial que reúne as informações técnicas, os projetos e as ações que permitem atingir condições ambientais aceitáveis e seguras, descomissionamento das estruturas industriais, além de previsão de remanejamento ou demais alternativas para os empregos e postos de trabalhos após o encerramento das atividades minerárias.

O fechamento é programado de modo a se obter a estabilização física, biótica, socioeconômica e institucional do empreendimento. Para tal, o projeto contempla os itens necessários para garantir:

1. proteção à saúde humana e o meio ambiente mediante a manutenção da estabilidade física e química das estruturas;
2. a reutilização das terras a medida que as operações mineiras sejam concluídas
3. a resposta adequada de reação social e econômica pela desativação do empreendimento, tanto para o quadro funcional como para a comunidade em que está inserido empreendimento.
4. a segurança de todas as estruturas;
5. a minimização dos impactos negativos do fechamento;
6. condições adequadas de integração das áreas de fechamento com os ecossistemas vizinhos (fauna e flora);

Cabe destacar que o cenário inclui:

1. Remoção total das estruturas de apoio e edificações, com exceção da guarita que servirá, no primeiro momento para controle da entrada e saída do empreendimento;
2. Manutenção dos acessos principais;
3. Revegetação da Cava e Estrutura final de pilha;
4. Desmobilização dos equipamentos que são em sua totalidade terceirizados; e
5. Monitoramento previsto para os pós fechamento de pelo menos 5 anos.

Não serão consideradas receitas obtidas com a possibilidade de venda de equipamentos pertencentes ao beneficiamento, assim como sucatas que deverão ser definidos em momento efetivo de fechamento e devem ser imateriais em relação ao total dos custos.

A Provisão de Reabilitação ambiental foi estabelecida para cobrir qualquer descomissionamento e reabilitação ambiental, obrigatoriedade das minas Palito, São Chico, o escopo da provisão depende da vida útil da mina e do minério extraído. Ao calcular a provisão de reabilitação, a administração considera a data prevista de fechamento com base no último relatório de estimativas de recursos minerais. Além disso, os custos futuros envolvidos no desmantelamento, terraplenagem, monitoramento contínuo, o desmatamento e a revegetação são baseados em cotações e/ou nas melhores estimativas da administração.

Para o cálculo os custos foram inflacionados utilizando taxa de inflação de 4,20%, (4,60% em 2024) e uma taxa descontada de 11,85% (12,73% em 2024), sendo a taxa de títulos do governo no momento do cálculo.

A movimentação da provisão para recuperação socioambiental está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.104
Não Circulante	12.104
Reversão	(3.209)
Atualização Monetária	557
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.451
Não Circulante	9.451
Adições	80
Atualização Monetária	397
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.928
Não Circulante	9.928

17. Patrimônio líquido

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é de R\$ 149.599 dividido em 149.599.063 ações ordinárias nominativas.

A Companhia constitui reserva de capital referente a parcela de redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), pelo compromisso firmado na concessão do benefício do lucro da exploração, de não distribuir dividendos correspondentes a esta redução, que deverá ser totalmente reinvestida nas suas operações.

(i) Dividendos

A Companhia provisionou ao longo do exercício de 2025 o montante de R\$ 21.911 em dividendos relacionados ao exercício (R\$15.927 em 31 de dezembro de 2024).

Conforme Estatuto Social da Companhia os dividendos mínimos são estabelecidos em 25% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício após cálculo das reservas de Lucro e Incentivos Fiscais.

(ii) Reserva de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou distribuição de lucros, conforme deliberado pelos acionistas. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia acumulou lucro de R\$ 61.731 (R\$ 47.783 em 31 de dezembro de 2024), o qual foi destinado para a reserva de lucros.

Adicionalmente, como parte das reservas de lucros são incluídas Reservas de incentivos fiscais da SUDAM no montante de R\$23.769 (R\$19.014 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

18. Receitas líquidas de vendas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas operacionais		
Mercado externo – Partes Relacionadas (a)	214.001	135.687
Mercado Interno	169.278	103.816
Mercado Interno - Partes Relacionadas (b)	<u>92.858</u>	<u>80.895</u>
	<u>476.137</u>	<u>320.398</u>
Deduções da receita		
Impostos incidentes	(35.837)	(22.458)
Descontos concedidos	<u>(10.387)</u>	<u>(6.442)</u>
	<u>(46.224)</u>	<u>(28.900)</u>
	<u>429.913</u>	<u>291.497</u>

- (a) As receitas apuradas referem-se à produção de concentrado contendo os minérios de ouro, prata e cobre, bem como de ouro em barra (bullion doré). A destinação final é a Alemanha para o produto concentrado, onde vendemos para a parte relacionada Serabi PLC, com entrega física para este destino. Já para o produto bullion, a venda é feita para o mercado interno, equiparada a exportação, sendo o principal destino final o mesmo país, a Alemanha.

A Companhia vende todo o seu produto no mercado internacional e recebe pelo seu ouro e outros metais atrelados considerando preços do mercado mundial. Embora as receitas sejam denominadas em dólares americanos, a Companhia estima que 85% de seus gastos sejam realizados no Brasil, em reais. Portanto, exposto a qualquer correlação adversa entre o preço do ouro, em dólares americanos e a taxa de câmbio do real brasileiro.

- (b) A Chapleau Exploração Mineral Ltda., empresa do grupo, não possui planta de beneficiamento, todo minério extraído é enviado para a planta de Palito para que seja feito o beneficiamento mineral. Tal beneficiamento é para a transformação do Minério bruto em Bullion. Ao final do processo, a Serabi emite uma nota de industrialização para a Chapleau, com os custos deste processamento, e a Companhia é a responsável pela realização da venda deste Bullion.

19. Custo dos produtos vendidos

Os custos dos produtos vendidos estão representados a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Depreciação e amortização	(17.456)	(12.713)
Prestadores de serviços	(35.280)	(30.957)
Custo com pessoal	(96.590)	(82.639)
Utilidades, manutenção e conservação	(4.870)	(3.874)
Energia Elétrica	(6.540)	(5.707)
Outras matérias primas e consumíveis	(7.745)	(5.898)
Reagentes químicos	(6.691)	(5.997)
Matérias-primas e materiais consumíveis	(33.932)	(28.176)
Combustível	(26.803)	(26.000)
Explosivos	(4.875)	(5.259)
Custos de tratamento e remessa	(833)	(1.462)
Provisão para ociosidade	(3.574)	(3.735)
Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM	(5.592)	(3.093)
	<u>(250.781)</u>	<u>(215.509)</u>

Computam-se aos custos das mercadorias vendidas, os custos diretos e indiretos apurados nos setores produtivos da mina subterrânea e Planta de beneficiamento, abrangendo a extração, movimentação, britagem, moagem e processamento do minério com teores de ouro, cobre e prata contidos.

20. Despesas administrativas e gerais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Gastos com mão de obra	(8.752)	(6.771)
Contratos serviços, aluguéis	(6.069)	(7.583)
Hospedagens e viagens	(606)	(668)
Despesas administrativas	(4.121)	(252)
Depreciação e amortização	(339)	(314)
Outros	(1.343)	(861)
	<u>(21.230)</u>	<u>(16.449)</u>

21. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outras receitas		
Venda inservíveis	1.894	259
Recuperação de despesas	152	504
Contingências tributárias	-	2.342
Outras Receitas Operacionais	<u>1.574</u>	<u>12.629</u>
	3.620	15.734
Outras despesas		
Resultado líquido de venda de imobilizado	(1)	(7)
Outras despesas	(333)	(112)
Reversão de provisão	(371)	(571)
Baixa de ativos fixo	<u>(326)</u>	<u>(10.754)</u>
	(1.031)	(11.444)
	<u>2.590</u>	<u>4.290</u>

22. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas Financeiras		
Juros ativos	961	626
Descontos obtidos	72	138
Varição cambial ativa	45.136	58.408
Outras receitas financeiras	<u>275</u>	<u>9</u>
	46.444	59.181
Despesas Financeiras		
Multas e Juros	(756)	(314)
Multas e Juros financiamentos	-	(49)
Provisão Juros Empréstimos	(2.334)	(2.331)
Provisão Multa e Juros ICMS Diferencial de Alíquota	-	(426)
Despesas e tarifas bancárias	(40)	(66)
Varição Cambial passiva	(66.405)	(23.247)
Juros Sobre Arrendamento	(31)	(12)
Outras despesas financeiras	<u>-</u>	<u>(93)</u>
	(69.566)	(26.537)
	<u>(23.122)</u>	<u>32.644</u>

23. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro antes do impostos	137.370	96.473
Alíquota nominal	34%	34%
Tributos sobre o lucro nominal	(46.706)	(32.801)
(-) Adições temporárias	(19.776)	(10.334)
Provisão para reabilitação ambiental - ARO	(167)	(2.994)
Provisão para contingências e riscos	(90)	(41)
Variação cambial não realizada (perdas)	(19.150)	(4.462)
Provisão Deságio ICMS LP	-	(2.712)
Outras adições temporárias	(369)	(127)
(+) Exclusões temporárias	15.064	7.509
Ajustes de provisões	519	3.781
Outras exclusões temporárias	83	2.817
Variação cambial não realizada (ganhos)	14.462	911
(-) Adições permanentes	(261)	(34)
Doações, brindes e outras diferenças permanentes	(261)	(34)
(+) Exclusões permanentes	11.195	3.328
Outros benefícios fiscais	2.141	3.328
Variações cambiais realizadas	9.055	-
Valor do impostos a pagar antes dos benefícios fiscais	(40.483)	(32.332)
(-) Benefícios fiscais - Lucro da Exploração (SUDAM)	23.769	19.014
Despesa com IR/CS corrente	(16.714)	(13.318)
Alíquota efetiva	-12%	-14%

A Companhia apurou IRPJ e CSLL, e utilizou-se do benefício lucro da exploração, obtendo redução no imposto de renda 75% dos valores apurados nesta sistemática.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía saldo a pagar em aberto correspondente à R\$ 3.684 (R\$ 5.807 em 2024) e saldos a compensar no ativo circulante de R\$ 75 decorrente de antecipações mensais (R\$ 1.091 em 2024).

Impostos diferidos

	2024	Variação	2025
Ativo (Passivo) diferido			
Provisão para perda com ICMS	2.712	-	2.712
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	2.287	43	2.331
Provisão Reabilitação	2.503	(140)	2.363
Outras Provisões	(292)	161	(131)
Variação cambial	4.298	(1.547)	(397)
Total das diferenças temporárias	11.508	(1.483)	6.878

24. Instrumentos financeiros

Classificação contábil

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros segregados por categoria são como segue:

	Nota	2025		2024	
		Custo amortizado 31/12/2025	Valor Justo 31/12/2025	Custo amortizado 31/12/2024	Valor Justo 31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.114	6.114	12.061	12.061
Contas a receber de clientes	4	23.148	23.148	45.227	45.227
		29.262	29.262	57.288	57.288
Não circulante					
Mútuo a receber	13	-	-	24.223	24.223
Contas a receber de clientes	4	356.671	356.671	201.739	201.739
		356.671	356.671	225.962	225.962
Total ativo		385.933	385.933	283.250	283.250
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	33.025	33.025	36.171	36.171
Fornecedores	10	8.884	8.884	11.321	11.321
Passivo de arrendamento		210	210	420	420
Dividendos a pagar		88.666	88.666	66.755	66.755
		130.785	130.785	114.667	114.667
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	6.261	6.261	681	681
Mútuo a pagar	13	13.108	13.108	14.719	14.719
Passivo de arrendamento		-	-	210	210
		19.369	19.369	15.610	15.610
Total passivo		150.154	150.154	130.277	130.277

A Companhia apresenta prazos médios de recebimento/pagamentos curtos e mantém suas disponibilidades em bancos de rating elevado, por esses motivos as variações do Custo Amortizado para Valor Justo em Caixa e bancos, Contas a receber de clientes e outros créditos e Fornecedores e outras contas a pagar foram considerados imateriais.

Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pela operação. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado foi elaborada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

(i) Risco de crédito

Contas a receber e outros créditos

A política de vendas da Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração.

A provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes, quando aplicável, é realizada por meio da análise individual, considerando como base inicial o critério fiscal.

Aplicado o critério fiscal, é extraída uma base de dados com os clientes pendentes de recebimento, sendo esta levada à análise do departamento de cobrança. Somente os clientes com baixa probabilidade de recebimento são provisionados e destes, somente os títulos que atendem aos quesitos fiscais para aproveitamento destas despesas são deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

A Companhia solicita os recebimentos das vendas de acordo com a necessidade de caixa, não mantidos mais de um ano.

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 6.114 (R\$12.061 em 31 de dezembro de 2024).

O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem o rating abaixo, baseado em agências classificação de risco:

Instituições Financeiras	Rating	
	S&P	Fitch
Itaú S.A.	AAA	AAA
Santander	AAA	A-
Bradesco	AAA	AAA
Banco do Brasil	BB-	BB-

(ii) Risco de liquidez

A Administração da Companhia gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, sempre que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

2025	Até um ano	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores	8.884	-	-	8.884
Empréstimos e financiamentos	33.025	7.916	-	40.941
Passivo de arrendamento	221	-	-	221
Mútuos a pagar	-	-	13.108	13.108
	42.130	7.916	13.108	63.154

(iii) Risco de mercado

A Companhia também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de commodities e variação cambial.

Risco cambial

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras denominadas em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia, o Real (R\$). A moeda na qual essas transações são denominadas principalmente é o Dólar Norte-americano (USD).

A Companhia entende que o risco da variação do câmbio não é relevante para as demonstrações financeiras como um todo. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

Nestes termos, foi realizada a análise de sensibilidade dos efeitos da variação das taxas de câmbio nos resultados da Companhia em cenários de depreciação do Real ante o Dólar.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira (Dólar) foi a seguinte (base em valores nominais):

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos Conta Movimento	6.114	12.061
Contas a receber	379.819	246.966
Empréstimos e financiamentos	(39.286)	(36.851)
Mútuos a pagar	(13.108)	(14.719)
Exposição líquida do balanço patrimonial	333.539	207.457

Os valores apresentados acima quando negativos representam perda e quando positivos ganhos. As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Data das demonstrações financeiras			
	Taxa média		Taxa à vista	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
USD	5,5920	5,3920	5,5024	6,1923

De forma a identificar a sensibilidade de variações decorrentes de moeda estrangeira às quais a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram definidos três cenários diferentes, contemplando a variação positiva ou negativa da taxa cambial de 25% e 50% (cenários I e II, respectivamente).

	Risco	Cenário atual	Cenário I	Cenário II
Taxa cambial	R\$/US\$	5,5024	6,878	8,2536
Total passivo		(52.394)	(65.493)	(78.591)
Total ativo		385.933	482.416	578.900
	Efeito líquido ganho (perda)		83.384	166.770

(iv) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação da Sociedade, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

25. Transações que não envolveram caixa

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	2025	2024
Adição do descomissionamento mina	477	-
Reversão do descomissionamento mina	-	(2.653)
Financiamento de máquinas e equipamentos	9.215	-
Compensação do Contas a Receber x ACC passivo	7.169	-
Adição arrendamento	-	437
Dividendos	21.912	15.927
	38.773	13.711

26. Eventos subsequentes

A Companhia não possui eventos subsequentes até a emissão das demonstrações financeiras a serem divulgadas.

Administração

Lucimar Martins
Diretor

Juliana Spalenza Chaves
CRC/MG-105781/O-3
Contadora responsável